

Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4. Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	16
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	20
Ativos	
8. Títulos e valores mobiliários	20
9. Concessionárias e permissionárias	20
10. Ativo de contrato	21
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21
Passivos e patrimônio líquido	
12. Fornecedores	21
13. Debêntures	22
14. PIS e COFINS diferidos	24
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos	25
16. Contingências	25
17. Patrimônio líquido	26
Desempenho do exercício	
18. Receita operacional líquida	27
19. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	28
20. Resultado financeiro	29
Tributos sobre o lucro	
21. Imposto de renda e contribuição social	29
Outras informações	
22. Transações com partes relacionadas	29
23. Gestão de riscos financeiros	30
24. Cobertura de seguros	32

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Coqueiros Transmissora de Energia S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

Denominação social	Coqueiros Transmissora de Energia S.A.	
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada	
Data de constituição	30 de junho de 2008	
Sede	Rio de Janeiro	
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica	
Empreendimento	Linhas de Transmissão São Simão–Itaguaçu e Itaguaçu–Barra dos Coqueiros	Linha de transmissão Marimondo II – Campinas C1
Contrato de concessão	19/2008	03/2024
Características técnicas	Tensão de 500 kV e 230 kV, circuito simples	Tensão de 500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	23 km e 49 Km	388 km

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	11.045	10.510

Observa-se um aumento aproximado de 5,1%, resultante do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 100%.

(c) Debêntures

Durante o exercício findo 2025 a Companhia realizou 2 (duas) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional, no montante total de R\$ 600.000.

(d) Auditores independentes

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela revisão da NBC 17, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$144 (R\$132 em 31 de dezembro de 2024). No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, não é permanente e, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Mauricio Scovino de Souza

Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata

Diretor Financeiro

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		1.947	310
Títulos e valores mobiliários	8	189.998	2.820
Concessionárias e permissionárias	9	1.031	1.068
Ativo de contrato	10	8.237	7.902
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	4.094	578
Outros impostos e contribuições a recuperar		140	280
Outros ativos		1.337	1.442
Total do ativo circulante		206.784	14.400
Ativo de contrato	10	1.122.862	98.228
Total do realizável a longo prazo		1.122.862	98.228
Imobilizado		1.298	1.302
Total do imobilizado		1.298	1.302
Total do ativo não circulante		1.124.160	99.530
Total do ativo		1.330.944	113.930
Fornecedores	12	26.026	2.882
Salários e encargos a pagar		319	293
Outros impostos e contribuições a recolher		2.702	851
PIS e COFINS diferidos	14	714	685
Outros passivos		1.299	374
Total do passivo circulante		31.060	5.085
Debêntures	13	629.288	-
PIS e COFINS diferidos	14	103.553	8.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	163.708	25.328
Total do passivo não circulante		896.549	34.141
Total do passivo		927.609	39.226
Capital social	17 (a)	136.000	76.000
Reserva de lucros	17 (b)	136.000	-
Dividendo adicional proposto	17 (d)	131.335	-
Prejuízos acumulados	17 (e)	-	(1.296)
Total do patrimônio líquido		403.335	74.704
Total do passivo e patrimônio líquido		1.330.944	113.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	940.579	48.385
Custo de construção	19 (a)	(509.821)	(19.119)
Custos operacionais	19 (b)	(3.936)	(3.609)
Lucro bruto		426.822	25.657
Despesas gerais e administrativas	19 (c)	(674)	(428)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(32)	(121)
Outros		(121)	(130)
Despesas operacionais		(827)	(679)
Resultado antes do resultado financeiro		425.995	24.978
Receitas financeiras		13.005	483
Despesas financeiras		(31.989)	(268)
Resultado financeiro	20	(18.984)	215
Resultado antes dos impostos		407.011	25.193
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.174)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(138.380)	(7.373)
Imposto de renda e contribuição social	21	(138.380)	(8.547)
Lucro líquido do exercício		268.631	16.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	268.631	16.646
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	268.631	16.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		66.000	-	-	-	-	(17.942)	48.058
Subscrição de capital em 24 de outubro de 2024	17 (a)	75.000	(75.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 8 de novembro de 2024	17 (a)	-	10.000	-	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.646	16.646
Saldo em 31 de dezembro de 2024		141.000	(65.000)	-	-	-	(1.296)	74.704
Integralização de capital em 31 de dezembro de 2025	17 (a)	-	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do exercício	17 (e)	-	-	-	-	-	268.631	268.631
Reserva legal	17 (b)	-	-	13.367	-	-	(13.367)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	126.984	-	(126.984)	-
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	-	-	126.984	(126.984)	-
Transferência de dividendos	17 (d)	-	-	-	(4.351)	4.351	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		141.000	(5.000)	13.367	122.633	131.335	-	403.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		268.631	16.646
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		138.380	7.373
- Imposto de renda e contribuição social correntes		-	1.174
- Provisão para perda de crédito esperada	9	32	121
- PIS e COFINS diferidos		94.769	3.814
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(12.927)	(447)
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures e	13	31.153	27
- Depreciação		4	14
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	(3.679)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(8.247)	(7.935)
- Ativo de contrato - construção	10	(996.689)	(37.378)
- Ativo de contrato - impacto na alteração do desembolso	10	(27.934)	-
		(512.828)	(20.270)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	9	5	(140)
- Ativo de contrato	10	7.901	7.375
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.516)	455
- Outros Impostos e contribuições a recuperar		140	70
- Outros ativos		105	(476)
- Fornecedores		23.144	2.769
- Outros impostos e contribuições a recolher		4.274	175
- Salários e encargos a pagar		26	37
- Outros passivos		925	(50)
Caixa utilizado pelas atividades operacionais		(479.824)	(10.055)
Impostos pagos sobre o lucro		(2.423)	(918)
Financiamentos - pagamento de juros		-	(30)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(482.247)	(11.003)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(633.342)	(19.018)
Títulos e valores mobiliários - resgate		459.091	21.163
Caixa (utilizado) gerado das atividades de investimento		(174.251)	2.145
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	17 (a)	60.000	10.000
Debêntures - captação	13	600.000	-
Financiamentos - pagamento de principal		-	(1.054)
Custo de transação	13	(1.865)	-
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		658.135	8.946
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.637	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		310	222
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.947	310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Coqueiros Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo).

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	19/2008	03/2024 (Lote 3)
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Minas Gerais e Goiás	Minas Gerais e São Paulo
Empreendimento principal	Linhas de Transmissão São Simão–Itaguaçu e Itaguaçu–Barra dos Coqueiros	Linha de transmissão Marimbondo II – Campinas C1
Características técnicas da LT	Tensão de 500 kV e 230 kV, circuito	Tensão de 500 kV, circuito
Extensão aproximada	23 km e 49 Km	388 km
Instalações	(i) a construção, operação e manutenção da linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 23 km, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Itaguaçu, localizadas respectivamente nos Estados de Minas Gerais e Goiás; (ii) pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Itaguaçu e término na Subestação Barra dos Coqueiros, ambas no Estado de Goiás e pelas Subestações Itaguaçu em 500/230 kV (675 MVA) e Subestação Barra dos Coqueiros 230 kV; (iii) entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.	(i) implantação de linha de transmissão (LT) 500kV Marimbondo II – Campinas C1-Simples. Localizada nos Estados de Minas Gerais e São Paulo; (ii) entradas de linha, Inteligências de Barramentos, Equipamentos de Compensação de Reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	16 de outubro de 2008	3 de abril de 2024
Prazo de vigência	30 anos	30 anos
Data de vencimento	16 de outubro de 2038	3 de abril de 2054
Início da operação comercial	5 de dezembro de 2010	-
Prazo para entrada em operação	-	2 de abril de 2027

1.2 Receita Anual Permitida

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	11.045	10.510

Um aumento aproximado de 5,1%, resultante do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma. Veja o impacto da RTP na nota explicativa 10.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP - contrato 19/2008	2014-2015	2019-2020	2024-2025	2029-2030	2034-2035
Cronograma RTP - contrato 03/2024	2030-2031	2035-2036	2040-2041	2045-2046	2050-2051

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses.
Receitas e despesas financeiras	20	<p>A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.</p> <p>A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.</p> <p>No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
<p>Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração</p>	<p>23</p>	<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.</p> <p>Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial; (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros</p> <p>Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	10	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 39% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica “Remuneração do ativo de contrato”, utilizando a taxa de desconto de 10% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
<p>Imposto de renda e contribuição social</p>	<p>15 e 21</p>	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) nos bancos Santander Brasil e Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de indexação das aplicações financeiras do banco Santander Brasil foi de 99% (97,13% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre julho de 2026 e dezembro de 2026 e banco Itaú de 96,50% do DI com vencimento em setembro de 2026.

O aumento observado no exercício findo em 2025 refere-se a captação das debêntures para o investimento relacionado ao contrato 03/2024 conforme detalhado na nota explicativa 1.1. Para mais detalhes da captação de debêntures veja a nota explicativa 13.

9 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer - até 2 meses	947	927
Até 3 meses	21	93
De 3 a 6 meses	20	27
De 6 a 12 meses	43	21
Acima de 12 meses	153	121
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(153)	(121)
	1.031	1.068

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(121)	-
Adições	(32)	(121)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(153)	(121)

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		106.130	64.513
Receita de construção - Contrato 03/2024	(i)	996.689	37.378
Remuneração do ativo		8.247	7.935
Efeito da revisão tarifária periódica	(ii)	-	3.679
Impacto na alteração do desembolso	(iii)	27.934	
Recebimentos		(7.901)	(7.375)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024		1.131.099	106.130

- (i) O aumento no exercício refere-se à evolução dos investimentos realizados no Contrato 03/2024. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.1.
- (ii) O saldo apresentado em 2024 refere-se ao impacto do reajuste da RTP no ciclo 2024-2025.
- (iii) O saldo se refere aos efeitos da alteração no cronograma de desembolso da obra do Contrato 03/2024.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024	
Circulante	8.237	7.902	
Não circulante	1.122.862	98.228	
		1.131.099	106.130

11 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024	
Imposto de renda	2.627	319	
Contribuição social	1.467	259	
		4.094	578

12 Fornecedores

		2025	2024
Materiais e serviços		13.274	454
Partes relacionadas	(i)	12.752	2.428
		26.026	2.882

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 22 (a).

13 Debêntures

	1ª Emissão	3º Emissão
Em 31 de dezembro de 2024	-	-
Captação	200.000	400.000
Juros	14.550	16.603
Custo de transação	(644)	(1.221)
Debêntures	214.550	416.603
Custo de transação	(644)	(1.221)
Em 31 de dezembro de 2025	213.906	415.382

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Não circulante	629.288	-

i. Estrutura da dívida

Durante o exercício findo 2025 a Companhia realizou 2 (duas) emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, no montante total de R\$ 600.000, conforme demonstrado abaixo.

	1ª Emissão	3ª Emissão
Data de emissão	9 de julho de 2025	19 de setembro de 2025
Data de vencimento	9 de julho de 2030	9 de julho de 2030
Finalidade	Implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1	
Valor total captado	200.000	400.000
Data de ingresso dos recursos	9 de julho de 2025	19 de setembro de 2025
Atualização do saldo principal	Correção pelo IPCA	
Taxa de juros	CDI + 0,50% ao ano	CDI + 0,55% ao ano
Classificação	Pública	
Periodicidade dos juros	Pagamento semestral	
Pagamento de juros	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 9 de junho de 2027 e o último na Data de Vencimento.	
Pagamento de principal	O Valor Nominal Unitário será amortizado em 7 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 09 de junho de 2027 e a última na Data de Vencimento.	

Conforme escritura de emissão debêntures, a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo total, a qualquer tempo, mediante o pagamento do valor nominal ou saldo, acrescido da remuneração incorrida, eventuais encargos moratórios e prêmio. Além disso, são previstos (i) a amortização antecipada obrigatória e (ii) o resgate antecipado obrigatório nos termos da escritura.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou os impactos sobre sua estrutura de capital, bem como fatores como disponibilidade e diversificação das fontes de recursos, custo, prazo e indexação, além da flexibilidade financeira proporcionada pelas diferentes alternativas de captação. A estratégia também levou em consideração a possibilidade de aproveitamento de eventual janela de mercado, em cenário de melhora das condições e redução das taxas de juros.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal, capitalizado quando aplicável, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem semestralmente para as debêntures. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Debêntures
Em 2027	30.742
Em 2030	598.546
	629.288

iv. Cláusulas restritivas

O contrato de escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (covenant) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura e/ou nos contratos de garantia
- (ii) liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia
- (iii) a Companhia deixar de ser uma sociedade de ações
- (iv) concessão de preferência a outros créditos e/ou assunção de novas dívidas ressalvados os endividamentos permitidos
- (v) cisão, fusão, incorporação da Companhia sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme permitido na escritura de emissão
- (vi) inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 10.000
- (vii) protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 10.000, exceto se, dentro do prazo legal, a Companhia comprovar ao agente fiduciário que o protesto (a) decorreu de erro ou má-fé de terceiro ou é ilegítimo; (b) foi cancelado; (c) teve sua exigibilidade suspensa; (d) foi liquidado; ou (e) encontra-se garantido por garantias aceitas pelo credor ou pelo poder judiciário, conforme caso

v. **Composição do endividamento e da dívida líquida**

	2025	2024
Dívida bruta		
Debêntures	629.288	-
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
Caixa e conta corrente	(1.947)	(310)
CDB	(189.998)	(2.820)
Dívida líquida	437.343	(3.130)

14 PIS e COFINS diferidos

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
Despesa do ano corrente	94.769	3.474
Efeito sobre a RTP	-	340
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	104.267	9.498

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	18.599	1.694
COFINS	85.668	7.804
	104.267	9.498

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	714	685
Não circulante	103.553	8.813
	104.267	9.498

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	120.923	19.173
Contribuição social	42.785	6.155
	163.708	25.328

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para perda de crédito esperada	(153)	(121)	(52)	(41)
CPC 47 - Receita de Contrato com	481.647	74.615	163.760	25.369
	481.494	74.494	163.708	25.328

16 Contingências

A Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perdas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Durante o exercício findo em 2025, a acionista aprovou a integralização de capital social da Companhia em R\$ 60.000. Esse aporte foi realizado para suprir os gastos referentes à construção relacionada ao “Contrato de concessão N° 03/2024” (nota explicativa 1.1). Na proporção em que os desembolsos das debêntures forem sendo realizados os R\$ 5.000 subscritos serão integralizados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito é de R\$ 141.000, divididos em 141.000.000 (cento e quarenta e um milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$ 1,00 (um real) cada. Subscrição conforme AGE em 24 de outubro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social integralizado é de R\$ 136.000 e R\$ 76.000, respectivamente, divididos em 136.000.000 (cento e trinta e seis milhões) e 76.000.000 (setenta e seis milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$ 1,00 (um real) cada. Integralização conforme AGE em 8 de novembro de 2024.

(b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, o valor destinado foi de R\$ 13.367.

	2025	2024
Reserva legal	13.367	-

(ii) Retenção de lucros

No exercício findo em 2025, devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 03/2024, a administração da Companhia destinou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 126.984 e os dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 126.984 para retenção de lucros. Como a soma das reservas ultrapassaram o valor do capital foram transferidos R\$ 4.351 para dividendo adicional proposto.

A destinação de retenção de lucros está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Retenção de lucros	126.984	-
Transferência de dividendos adicionais	(4.351)	-
	122.633	-

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 126.984 foram destinados a retenção de lucros, conforme mencionado no item (ii).

(d) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após a absorção do prejuízo remanescente referente ao exercício de 2024 e as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Foram destinados os dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 126.984 e serão deliberados na próxima AGO.

Como a soma das reservas ultrapassaram o valor do capital foram transferidos R\$ 4.351 para dividendo adicional proposto, oriundos de retenção de lucros.

(e) Lucros (prejuízos) acumulados

Refere-se ao impacto da adoção do CPC47 que gerou resultados negativos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o lucro líquido dos exercícios é de R\$ 268.631 e R\$ 16.646, respectivamente, foram utilizados para absorver o prejuízo acumulado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, procedeu-se à absorção integral do prejuízo de R\$ 1.296 referente ao prejuízo acumulado.

18 Receita operacional líquida

		2025	2024
Receita de construção	(a)	996.689	37.378
Impacto na alteração do desembolso	(b)	27.934	-
Remuneração do ativo		8.247	7.935
Receita de operação e manutenção		2.908	2.713
Efeito da revisão tarifária periódica	(c)	-	3.679
Ganho na RAP	(d)	1.104	999
Compartilhamento de infraestrutura		735	702
Parcela variável (indisponibilidade)		-	(25)
Outras receitas		325	285
Receita bruta		1.037.942	53.666
PIS e COFINS correntes		(1.115)	(1.047)
PIS e COFINS diferidos		(94.769)	(3.814)
Encargos setoriais	(e)	(1.479)	(420)
Deduções da receita		(97.363)	(5.281)
		940.579	48.385

- (a) O aumento no exercício refere-se à evolução dos investimentos realizados no Contrato 03/2024. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.1.
- (b) O saldo se refere aos efeitos da alteração no cronograma de desembolso da obra do lote 3.
- (c) O saldo apresentado em 2024 refere-se ao impacto do reajuste da RTP no ciclo 2024-2025.
- (d) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.
- (e) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(1.466)	(279)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(98)	(98)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	85	(43)
	(1.479)	(420)

19 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custo de construção

A abertura do custo de construção referentes ao Contrato 03/2024 está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Serviços	(127.088)	(15.591)
Fundiário	(100.907)	(2.787)
Máquinas, equipamentos e materiais	(279.656)	(5)
Meio ambiente	(2.170)	(736)
	(509.821)	(19.119)

(b) Custos operacionais

		2025	2024
Pessoal		(1.061)	(1.087)
Manutenção de linhas e subestações	(i)	(944)	(517)
Vigilância e segurança		(704)	(658)
Viagem e hospedagem		(96)	(210)
Compartilhamento de instalação		(307)	(276)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(193)	(184)
Material		(147)	(135)
Diversos		(484)	(542)
		(3.936)	(3.609)

- (i) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão e das subestações.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22 (a).

(c) Despesas gerais e administrativas

		2025	2024
Consultorias		(373)	(184)
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)	(165)
Publicações		(43)	(37)
Serviços de informática		(43)	(18)
Diversos		(50)	(24)
		(674)	(428)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22 (a).

20 Resultado financeiro

		2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	(i)	12.927	447
Outras receitas		78	36
Receitas financeiras		13.005	483
Juros - debêntures		(31.153)	-
Juros - financiamento		-	(27)
Outras despesas		(836)	(241)
Despesas financeiras		(31.989)	(268)
		(18.984)	215

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 13, o aumento do rendimento de aplicação financeira está relacionado as captações das debêntures.

21 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	407.011	25.193
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(138.384)	(8.566)
Adições	4	19
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(138.380)	(8.547)
IR e CS correntes	-	(1.174)
IR e CS diferidos	(138.380)	(7.373)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo (i)	O&M	IPCA	4	2026	31	44	(193)	(184)
Celeo (ii)	Backoffice	IPCA	4	2026	-	-	(165)	(165)
Celeo (iii)	Lote 3	IPCA	4	2026	2.383	2.383	-	(2.383)
Elecnor (iii)	Lote 3	IPCA	4	2026	10.337	-	-	-
					12.751	2.427	(358)	(2.732)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “custos operacionais”; (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”; e (iii) refere-se aos gastos relacionado ao leilão de transmissão Aneel para o Lote 3.

(b) Remuneração da administração

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuições de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

23 **Gestão de riscos financeiros**

(a) **Considerações gerais e políticas**

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. **Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. **Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, as debêntures da Companhia possuem taxas pré-fixadas ou é indexado ao CDI, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 **Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 **Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(28.500)	(21.375)	(14.250)
Debêntures	Aumento do CDI	94.393	117.992	141.590

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
		Custo	VJR	Custo	VJR
Caixa e equivalente de caixa		1.947	-	310	-
Títulos e valores mobiliários	8 Nível II	-	189.998	-	2.820
Concessionárias e permissionárias	9	1.031	-	1.068	-
Ativos Financeiros		2.978	189.998	1.378	2.820
Fornecedores	12	26.026	-	2.882	-
Debêntures	13	631.153	-	-	-
Passivos Financeiros		657.179	-	2.882	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

		Hierarquia do valor justo	2025	
			Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	631.153	631.153

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	60.533
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Construtor ANEEL	02.04.2024 a 28.02.2029	51.454

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8